

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 03 DE ABRIL DE 2014.

Aos 03 dias do mês de abril de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a sétima reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento às Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **dez (10) conselheiros: cinco (5) do poder público e cinco (5) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Dalva Deodato Taveira, Sônia Regina Barbosa Quirino, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, José Fernando Siqueira da Silva, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Elisa Francisconi, Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Selma Cristina Antoniette Badoco. **Conselheiros na titularidade:** Aparecido Ferreira Camargo, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela, Juliana Bertazzi Passone. **Conselheiros suplentes:** Clóves Plácido Barbosa e José Carlos Gomes. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos:** Caderno de orientações do CNAS - sobre Processos Eleitorais de representantes da sociedade civil nos conselhos. **Informes: Renovação do Colegiado 2014** - Calendário Eleitoral; **Manutenção de Inscrição das Entidades Inscritas no CMAS** – ofício de solicitação de documentação; **Projeto de lei de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2014** – Câmara Municipal de Franca; **Informes do COMUTI** – Resultado do Pleito Eleitoral do Conselho Estadual do Idoso – CEI/SP – Etapa; Aprovação do Projeto de Lei que institui o Dia Municipal de Conscientização da Violência Contra os Idosos; **Informes do CMPCD** – Lei relativa à Semana Municipal de Conscientização da Síndrome de Down, de autoria de Adermis Marini, como referência para a esfera Estadual; Aprovação da Emenda à Lei Orgânica nº 05/2013, que dispõe sobre a redução de carga horária de servidor cuidador de portador de necessidade especial; Aprovação do Projeto de Lei 236/2013 que assegura aos usuários do sistema de Transporte Coletivo Urbano com deficiência e mobilidade reduzida, o direito de desembarque entre as paradas obrigatórias (pontos de ônibus) no Município de Franca; **Seminário:** “Reordenamento da Política de Assistência Social em Franca: Caminhos e Desafios”. Tina iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos conselheiros: Denizar e Teresa. Dando seguimento, exibiu a pauta da reunião que foi aprovada com a inserção de um novo assunto referente ao Acompanhamento, Fiscalização e Controle Social da Rede Socioassistencial. Após, a conselheira Elisa fez a leitura da ata, que foi aprovada sem alterações. Dando seguimento ao primeiro assunto da reunião sobre o Caderno

36 de Orientações do CNAS, Tina informou que este caderno foi publicado no mês de
37 março e considerou ser importante e pertinente compartilhar essas orientações junto
38 ao colegiado. Passou a palavra para a Secretária Executiva Maria Amélia que
39 preparou alguns slides com as principais informações. Maria Amélia esclareceu que o
40 caderno traz orientações sobre os processos eleitorais da sociedade civil e lembrou
41 que os representantes do poder público são indicados. Destacou que a participação
42 nos conselhos é a efetivação da democracia participativa, e o momento em que a
43 sociedade conquista um espaço e tem uma corresponsabilidade na definição das leis
44 e das políticas. Ressaltou que os conselheiros são agentes públicos e têm a
45 atribuição de exercer o controle social da Política de Assistência Social. Apontou que
46 os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e
47 eficiência são fundamentais para a gestão pública e devem orientar também a prática
48 dos conselheiros. Tina enfatizou a importância de o conselheiro refletir sobre o seu
49 papel e responsabilidade e que a participação deste deve contemplar um olhar aberto
50 e coletivo e não somente a defesa de interesses individuais. O conselheiro José
51 Fernando reforçou que não se trata de impessoalidade ou neutralidade, mas da
52 consciência de que nas decisões sobre a política pública é preciso exercer o
53 compromisso coletivo e defender as causas públicas. Maria Amélia destacou as
54 habilidades necessárias aos conselheiros de assistência social, que são: a
55 capacidade de representação e decisão; capacidade de expressar e defender
56 propostas; capacidade de negociação e a transparência e disponibilidade para
57 informar. Apontou que o controle social possui três dimensões: a política, a técnica e
58 a ética. Explicou sobre as etapas do processo de eleição, bem como, a composição
59 dos representantes no conselho de acordo com as orientações normativas e ressaltou
60 a importância da mobilização da sociedade nesse processo. Finalizando, Maria
61 Amélia enfatizou a importância dos conselheiros fazerem a leitura completa do
62 caderno de orientações que foi encaminhado para o email de todos. O caderno de
63 orientações e os slides apresentados ficarão anexos a esta ata. A conselheira Elisa
64 sugeriu que o curso do TCU seja novamente divulgado, pois em sua análise, a
65 capacitação contribuiu para a sua participação no colegiado. Maria Amélia informou
66 que o TCU está oferecendo uma capacitação online aos conselheiros de assistência
67 social e ao público em geral. Disse que a capacitação traz informações de fácil
68 entendimento e com muita clareza, além dos fóruns de discussões que permitem a
69 troca de experiências entre os participantes. Dando seguimento ao segundo assunto,
70 Tina disse que no ano de 2013, foi constituída a Comissão de Acompanhamento,

Fiscalização e Controle Social dos Serviços Socioassistenciais do município. Informou que os conselheiros se dividiram em duplas e iniciaram as visitas às entidades e equipamentos públicos em novembro do ano passado. Apesar de nem todos terem conseguido concluir o trabalho, sugeriu que na próxima reunião as duplas tragam os resultados e a análise do acompanhamento realizado até o momento, uma vez que no final de abril encerra-se o mandato de 1/3 do colegiado, portanto considera importante a conclusão desse trabalho. Ressaltou que as visitas possibilitam conhecer a dimensão e a realidade de cada entidade. A conselheira Raquel Renzo questionou se essa apresentação será feita em reunião extraordinária. O conselheiro Márcio esclareceu que não, pois entende que neste momento deve ser apresentada somente a análise por serviço e não discutir as situações específicas das entidades. Tina complementou que se fizer necessário um acompanhamento mais sistemático de alguma entidade ou equipamento, o Conselho deverá solicitar ao Órgão Gestor o monitoramento do serviço. Dando seguimento à pauta Tina apresentou o primeiro informe referente ao Calendário Eleitoral. Maria Amélia lembrou que o calendário foi encaminhado aos conselheiros e apontou a importância de acompanhar os prazos. Lembrou que nesta semana está ocorrendo o período de inscrição de candidatos e que a Assembleia Eleitoral será no dia 24 de abril. Como próximo informe Maria Amélia comunicou que foi encaminhado a todas as entidades inscritas no Conselho um ofício de solicitação de documentação para manutenção da inscrição, conforme prevê a resolução 16/2010 do Conselho Nacional de Assistência Social. Informou que a inscrição no Conselho é por prazo indeterminado, porém, anualmente, as entidades devem apresentar o Plano de Ação do ano vigente e o Relatório de Atividades do exercício anterior, para manutenção dessa inscrição. Dando seguimento Maria Amélia informou que a Câmara Municipal encaminhou um projeto de lei de emenda à Lei Orgânica Municipal para apreciação de todos os Conselhos. O conselheiro Márcio esclareceu que a Câmara pretende garantir que o orçamento deixe de ser autorizativo e passe a ser impositivo, ou seja, o recurso aprovado na Lei Orçamentária deverá ser executado. O projeto prevê também reservar 1,2% dos valores das verbas orçamentárias de investimento para emendas individuais dos vereadores e das lideranças de bancadas. A conselheira Dalva apontou que considera ser importante o posicionamento do colegiado quanto ao assunto. Ficou definido que a Comissão de Articulação Política se reunirá, avaliará o projeto e elaborará uma proposta de parecer para apresentação na próxima reunião do Conselho. Como próximo informe Tina concedeu a palavra para a Assessora dos Conselhos Municipais, Mariângela. Esta

106 apresentou o resultado do Pleito Eleitoral do Conselho Estadual do Idoso – CEI/SP –
107 Etapa Municipal, com a eleição da Sra. Alcione de Oliveira - 67 anos, funcionária
108 voluntária e Musicoterapeuta da Entidade “Caminhar“, eleita com 100% (cem por
109 cento) dos votos dos participantes presentes habilitados e inscritos, totalizando 173
110 (cento e setenta e três) votos. Disse que a classificação dos eleitos se dará por meio
111 da ponderação dos votos enviados para a Assembleia Estadual. Mariangela informou
112 ainda sobre a aprovação do Projeto de Lei nº. 265/2013 que institui o Dia Municipal de
113 Conscientização da Violência Contra os Idosos a ser celebrado anualmente no dia 15
114 de Junho. Seguindo com o próximo informe Mariângela anunciou que a Lei relativa à
115 Semana Municipal de Conscientização da Síndrome de Down, de autoria do vereador
116 Adermis Marini, foi considerada referência para a esfera Estadual. Comentou sobre a
117 aprovação da Emenda à Lei Orgânica nº 05/2013, que dispõe sobre a redução de
118 carga horária de servidor cuidador de portador de necessidade especial. Informou
119 sobre a aprovação do Projeto de Lei 236/2013 que assegura aos usuários do sistema
120 de Transporte Coletivo Urbano com deficiência e mobilidade reduzida, o direito de
121 desembarque entre as paradas obrigatórias (pontos de ônibus) no Município de
122 Franca. Finalizando, Tina concedeu a palavra para conselheira Dalva para que
123 apresentasse informações relativas ao Seminário: “Reordenamento da Política de
124 Assistência Social em Franca: Caminhos e Desafios”. Dalva explicou que em razão da
125 greve dos trabalhadores, a Secretaria de Ação Social achou prudente adiar a
126 realização do seminário, considerando a importância do envolvimento de todos os
127 trabalhadores na preparação e participação no evento. Apontou que posteriormente
128 será divulgada a nova data. Dalva informou ainda que no dia 08 de abril às 14h00 na
129 Secretaria de Ação Social, será feita a primeira reunião para construção do Plano de
130 Reordenamento do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e falou da
131 importância de participação de representantes do CMAS na reunião. Após discussões
132 a conselheira Fernanda Barcelos confirmou a sua participação na referida reunião.
133 Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e a ata lavrada pela secretária
134 executiva do CMAS.